

Larosière: "Os ajustes econômicos devem ser feitos, apesar das dificuldades".

A. M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, disse ontem que o fato de as dificuldades de balanço de pagamentos de muitos países envolverem fatores que não podem controlar não significa que esses países não tenham de ajustar suas economias.

— Pelo contrário, a falha em ajustar comporá o problema inicial, resultando em inflação, controles de importação e muitas outras consequências que minarão a eficiência na alocação de recursos — disse de Larosière, num discurso pronunciado no American Enterprise Institute, em Washington.

De Larosière disse que os dois principais problemas econômicos existentes hoje são como superar a crise da dívida, que afeta muitas nações em desenvolvimento, e como restaurar um crescimento mundial equilibrado e sustentável. "Não é preciso dizer que as soluções desses dois problemas estão interligadas", afirmou.

Mais do que suficiente

Para o diretor-gerente do FMI, países como Brasil, México e Argentina têm mais do que suficiente capacidade produtiva para, a médio e longo prazo, servir suas dívidas, ao mesmo tempo em que retomam dinamismo interno. Isto é, com políticas apropriadas, afirmou, a crise da dívida pode ser controlada e superada. Mas esses países precisam demonstrar que estão dando os passos necessários para



Larosière

recuperar a viabilidade financeira.

De Larosière reservou também alguns conselhos para os credores dessas nações. "Simplesmente não é possível que países devedores partam de uma situação em que absorviam 50 bilhões de dólares anuais de empréstimos líquidos novos dos bancos comerciais para uma situação em que os fluxos são zero ou negativos, sem consequências desastrosas tanto para seu bem-estar como para suas perspectivas de desenvolvimento", disse. De Larosière reconhece que muito foi pedido emprestado em tempo muito curto, "mas a solução correta não é cessar todos os empréstimos e deixar que as fichas caiam onde caírem". Isso, alertou, poderia criar instabilidade política, cujas consequências não deixariam de atingir as estruturas econômicas e

financeiras dos países industriais.

— A tarefa, portanto, é alcançar uma transição suave, em que financiamento externo suficiente se torne disponível aos países devedores, para que possam reduzir sua dependência em relação à poupança externa de maneira ordeira e preservar sua habilidade de investir e crescer a médio prazo — observou.

De Larosière notou a existência de problemas na recuperação econômica do mundo industrializado e citou, em primeiro lugar, as altas taxas de juros. Nos sete principais países industrializados membros do FMI, por exemplo, as taxas de juros de longo prazo ficaram em média cinco pontos de porcentagem acima da taxa de inflação no terceiro trimestre de 1983. Nas três últimas recuperações mundiais ficaram apenas um ou dois pontos acima da inflação.

As taxas de juros são claramente influenciadas pelas expectativas inflacionárias e pelo grau de incerteza que cercam essas expectativas, disse De Larosière. "O fato claro é que os déficits fiscais no mundo industrializado absorvem maior proporção da poupança privada, hoje, do que em qualquer outro período do pós-guerra. Em 1982, essa proporção alcançou, em média, quase 50% nos sete maiores países industrializados", afirmou. Segundo De Larosière, esses déficits minam as perspectivas de uma recuperação econômica a médio prazo.

Delfim viaja de novo, em busca de apoio.

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, viaja esta semana para a Arábia Saudita, França e Espanha, onde manterá contatos com autoridades e banqueiros a fim de aumentar a contribuição dos bancos árabes e europeus ao jumbo de US\$ 6,5 bilhões, em fase final de negociação. O ponto principal da viagem é a visita do rei Khaled, em Ryad, relacionada à liberação dos recursos do FMI ao Brasil, no quadro do acordo recentemente firmado. Em Madri, Delfim tentará romper a resistência dos pequenos bancos em aderir ao jumbo; na França, seu objetivo são os governos credores do Clube de Paris.

